

Sala-ambiente: Espaço de Interação e Práticas Pedagógicas Inovadoras

Cintya Lopes do Rosario
cinty_35jck@hotmail.com
IFRR

Raimunda Maria Rodrigues Santos
raimundarodrigues@ifrr.edu.br
IFRR e prr

Nataly Nunes Ferreira
nataly59nunes@gmail.com
IFRR

Klayton Oliveira de Araújo
klaytonaraujo@live.com
IFRR

Stephanie Caroline da Rocha Mesquita
tephamesquita@hotmail.com
IFRR

Resumo: Este artigo apresenta as percepções de estudantes da rede estadual de ensino da cidade de Boa Vista - RR, cujas escolas são organizadas em salas-temáticas (ou salas-ambiente). O objetivo da pesquisa foi conhecer, a partir da vivência dos estudantes, a contribuição desse modelo de organização para o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas, e sua influência para a aprendizagem de espanhol como língua estrangeira. Para tanto, recorreremos aos preceitos da pesquisa exploratória, por compreender que permitirá a familiaridade com o problema e o levantamento de hipóteses; da pesquisa bibliográfica, por aproximar o pesquisador de estudos já realizados, apontando caminhos metodológicos e teorias condizentes com o tema abordado; além do método quali-quantitativo de análise, por combinar dados e propiciar aos respondentes a oportunidade de justificarem suas percepções. Como instrumento de pesquisa e dada a natureza analítica dos dados, utilizamos um questionário semiaberto, distribuído a 80 alunos, que formaram a amostragem aleatória do estudo. Os resultados indicam que a sala-ambiente configura-se como espaço em que, somando-se às condições de infraestrutura física, à espacial e sua dimensão social, desenvolvem-se práticas pedagógicas alicerçadas na interação, na troca de experiência, nos princípios da interdisciplinaridade e, em se tratando da sala-ambiente de E/LE, propicia momentos de interculturalidade.

Palavras Chave: Sala-ambiente - ensino de espanhol - inovação - -

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se, que nos dias atuais aprender uma língua estrangeira tornou-se de suma importância, tendo em vista as relações econômicas, sociais e culturais entre os povos terem se intensificado a partir do último século. Reconhecendo o domínio de uma segunda língua como habilidade necessária para o exercício profissional e para as interações em geral, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996 – (LDB 9394/96) determinou a oferta obrigatória de uma língua estrangeira moderna no currículo da educação básica, conforme descrito em seu artigo 26, parágrafo 5º: “a parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 5ª série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar dentro das possibilidades da instituição” (BRASIL, 1996)

Atendendo a essa recomendação, foram elaborados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo Ministério da Educação, dentre os quais os PCNs de Língua Estrangeira Moderna, no qual também se reconhece o domínio de uma segunda língua como “possibilidade de ampliação do universo cultural do aluno, possibilitando-lhe o acesso e a apropriação de conhecimentos de outras culturas”.

Neste trabalho o olhar recai sobre o ensino de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) em escolas da rede de ensino estadual de Roraima, tendo como parâmetro o disposto na lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, que instituiu oficialmente a oferta de E/LE na Educação básica, tornando-a obrigatória no Ensino Médio e facultativa no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano.

Cabe mencionar que Roraima encontra-se a fronteira do Brasil com a República Bolivariana da Venezuela, país de língua espanhola. Fato, esse, que determinou a inserção desse idioma nos currículos escolares desse estado. Destaca-se, ainda, que a importância de E/LE na formação dos estudantes deve-se, também, ao crescimento desse idioma como língua comercial. Pois, segundo relatório do Instituto Cervantes (2010), cerca de 450 milhões de pessoas no mundo falam espanhol, além de ser a quarta língua do mundo por número de falantes e o segundo idioma utilizado para comunicação internacional. Com relação a esse aspecto, Sedycias (2005, p. 35) alerta que “com o advento do Mercosul, aprender espanhol deixou de ser um luxo intelectual para se tornar praticamente uma emergência. E [no caso do Brasil] temos ao longo de nossa fronteira um enorme mercado, tanto do ponto de vista comercial como cultural”.

A partir dessas informações e considerando que o espaço físico escolar pode ser determinante para o estado de ânimo, o interesse e a motivação do aluno, conseqüentemente, irá favorecer sua aprendizagem e crescimento intelectual, procedemos ao recorte do tema delimitando a pesquisa à ação da Secretaria Estadual de Educação de Roraima (SEED) de alterar a organização do ambiente escolar de algumas unidades em salas temáticas, também denominadas salas-ambiente.

A proposta consiste em verificar se a sala ambiente/temática é uma ferramenta favorável ao processo de ensino aprendizagem, levando em consideração sua organização e disposição de materiais. Com esse fito, realizamos um estudo a respeito das visões de estudantes de quatro escolas públicas da rede estadual de ensino, localizadas na cidade de Boa Vista e organizadas em salas temáticas.

Ressaltamos que os resultados aqui apresentados são parte de um estudo desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Incentivo a Iniciação Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (PIBICT/IFRR) que tem como meta final a

construção de uma proposta de uma sala ambiente de E/LE para alunos da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

2. O ENSINO DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

A língua espanhola incorporou-se pela primeira vez na grade curricular de ensino brasileiro no ano 1942, com o estabelecimento da Lei Orgânica nº 4.244/42, conhecida como Reforma Capanema¹. A partir dela, o ensino secundário dividiu-se em ciclo ginásial, com duração de quatro anos, e colegial, com três. Assim, o espanhol introduziu-se como disciplina ofertada pelo curso clássico e científico que compunham o ciclo colegial juntamente com outras línguas como o português, latim, grego, francês e inglês.

Com o advento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, criou-se o Conselho Federal que atribuiu aos Conselhos de Educação dos Estados (CEE) a responsabilidade de decidir sobre as matérias complementares, em que se enquadravam as línguas estrangeiras, e estas perderam seu caráter obrigatório. Nas palavras de Leffa (1999, p.9) “comparada à reforma Capanema e à LDB que veio em seguida, a lei de 1961 é o começo do fim dos anos dourados das línguas [...] a LDB do início dos anos 60, reduziu o ensino de línguas a menos de 2/3 do que foi durante a Reforma Capanema”.

Em 1971 foi publicada a LDB 5692/71 que, em relação a anterior, não apresentou grandes mudanças no que se refere ao ensino de línguas estrangeiras, pois continuaram a ser de caráter obrigatório, mas oferecidas somente quando houvesse condições apropriadas para o seu ensino. Essa realidade foi alterada com a publicação da LDB 9394/96 que instituiu o ensino de línguas estrangeiras na Educação Básica e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna no Ensino Fundamental a ser definida pela comunidade escolar.

No tocante ao Ensino Médio, a LDB 9394/96, em artigo 36, parágrafo 3º, traz a seguinte redação: “será incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, optativa, dentro das possibilidades do centro.”

Como forma de ratificar o exposto na referida lei, o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com a finalidade de orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Os PCNs de língua estrangeira do ensino fundamental (1998), por exemplo, defendem a inserção de uma língua estrangeira no currículo escolar, argumentando que se constitui essência na construção do saber, prática cidadã, visto que ao se construir conhecimentos é necessária a percepção da linguagem como um fenômeno social, bem como sua compreensão e funcionamento. Além disso, o ensino de língua estrangeira configura-se em possibilidade de diálogos com outras culturas, costumes e valores, mobilizando aspectos que fomentam uma ação reflexiva por parte dos estudantes a respeito da realidade social, política e econômica que conduz ao exercício da cidadania.

Com relação especificamente ao ensino de espanhol, os PCNs (1998, p.50) destacam que “é também um meio de fortalecimento da América Latina, pois seus habitantes passam a se (re) conhecerem não só como força cultural expressiva e múltipla, mas também política [...]”.

¹ Nome dado às transformações projetadas no sistema educacional brasileiro em 1942, durante a Era Vargas, liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que ficou conhecido pelas grandes reformas que promoveu, dentre elas, a do ensino secundário e o grande projeto da reforma universitária (ROMANELLI, 1999).

Tanto a LDB quanto os PCNs demonstram claramente ou de maneira subjacente a preocupação em o estudante desenvolver o conhecimento de si próprio, consequente do contato com o outro, com a interculturalidade, com a convivência harmônica entre os povos

Nesse contexto, a Lei 11.161 de 5 de agosto de 2005, contribuiu significativamente para a expansão do ensino de E/LE nas escolas do Brasil, a partir da regulamentação desse idioma como disciplina de oferta obrigatória no ensino médio e facultativa para o ensino fundamental. A aplicação do disposto na referida Lei deveria ocorrer no prazo de cinco anos a partir de sua publicação, ou seja, até 2010, ficando sob a responsabilidade dos Conselhos Estaduais essa execução.

Outro ponto que vale mencionar é a publicação de um novo documento com diretrizes para o Ensino Médio: as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCME). Este traz recomendações importantes a respeito do currículo de línguas estrangeiras nesse nível de ensino. Por conseguinte, de acordo com esse documento, ensinar espanhol pode “levar o estudante a ver-se e constituir-se como sujeito a partir do contato e da exposição ao outro, à diferença, ao reconhecimento da diversidade” (BRASIL, 2006, p.133).

Ainda conforme as OCME além do ensino da língua estrangeira em si, como objetivo educacional busca-se a contribuir para a formação de pessoas capazes de interagir em diferentes contextos. Nos termos do documento:

a disciplina Línguas Estrangeiras na escola visa a ensinar um idioma estrangeiro e, ao mesmo tempo, cumprir outros compromissos com os educandos, como, por exemplo, contribuir para a formação de indivíduos como parte de suas preocupações educacionais (BRASIL, 2006, p, 91).

O crescimento do ensino do espanhol, influenciado por questões sociais, políticas, econômicas e geográficas ao longo dos últimos anos foi significativo indo além da educação básica. A propósito Moreno Fernández (2005, p. 22-23) explana que:

Una de las pruebas de la creciente vitalidade del español en la enseñanza secundaria y y em la universitaria brasileñas viene dada el numero de candidatos que realizan la prueba de la lengua española em el examen “vestibular”, prueba de la selectividad organizada por las universidades para escoger a sus nuevos estudiantes. Em 1998 casi todas las universidades del país, federales y estatales, publicas y privadas incluian em sus procesos de selectividad el conocimiento del español, que llegó a ser la lengua extranjera más demandada, por delante incluso del inglés em algunas universidades.

Assim reconhece-se que o ensino de E/LE, a partir de uma óptica menos instrumental, foge do estereotipo de que se aprende uma segunda língua para ocupar melhores espaços no mercado de trabalho, desmistifica-se a visão reducionista do ensino da língua pela língua, pautada em regras e memorização de formas gramaticais. Longe disso, pretende-se que o processo de ensino permita ao aluno o domínio das quatro habilidades básicas da comunicação: ler, falar, ouvir e escrever em língua estrangeira, de modo que esta, dentre outras coisas, possa contribuir “positivamente na relação que os estudantes brasileiros guardam com a própria língua, em especial com a escrita” (BRASIL, 2006, p 131).

3. SALA AMBIENTE

O planejamento de um ambiente, independente da esfera da vida social a que esteja relacionado, exige que o responsável pela ação pense não somente na divisão do espaço e na função a que ele se destina, mas também na disposição dos móveis, os significados que os *designs* transmitirão aos usuários, visando despertar-lhes “comportamentos específicos, distintas ações e diferentes atitudes” (GUERRA, 2007). Afinal, nas palavras de Penin (1997,

p. 20), “os ambientes são cuidadosamente planejados para invocar sensações e convocar as ações que de fato provocam”.

Em se tratando do ambiente escolar, foi institucionalizado para ser reconhecido como o espaço do conhecimento, lugar em que os saberes historicamente acumulados são ‘transmitidos’, compartilhados, sistematizados e (re) significados, uma vez que sob a perspectiva da ciência não existe verdade intocável. Enfim, a escola é o espaço destinado ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

É unânime entre os pesquisadores estudados que a arquitetura dos edifícios escolares estabelece uma relação estreita com a percepção de educação daqueles que conduzem o processo educativo. Para Guerra (2007, p. 85), por exemplo:

A filosofia de trabalho da escola é comunicada visualmente pelas imagens apresentadas nas bibliotecas, nas quadras de esportes, nos pátios, nos centros de convivência e nas salas de aula. Um dos mecanismos para verificar a ação pedagógica consiste na disposição dos mobiliários e equipamentos nas salas e laboratórios.

A estrutura física da escola sempre foi pensada priorizando a sala de aula, apesar das transformações ocorridas no decorrer do tempo (PENIN, 1997). Em estudo sobre os espaços escolares entre as décadas de 1940-1960, Iwaya (2005, p. 186) explica que a sala de aula desse período não era vista como lugar de livre acesso para o estudante:

Ele estava, sim, muito mais preso a este lugar, fixado a uma carteira, com os olhos voltados para o professor, para o quadro negro e para a nuca do colega da frente. Seus movimentos eram controlados e regulados por sua própria carteira. O tablado, além de melhorar o campo visual do professor, facilitando-lhe a manutenção da disciplina, ainda tinha a função simbólica de evidenciar a distância que deveria existir entre professor e aluno.

Essa descrição revela que a escola, por muitos anos, serviu como espaço de controle, de avaliação, de aprendizagem social, onde comportamentos desviantes são passíveis de punição. Ao mesmo tempo, essa instituição estabelece um jogo de recompensas e honras com seus estudantes, inculcando no imaginário coletivo que “ser disciplinado” nesse ambiente é compensador. Contudo, por traz do caráter disciplinador pode estar velada a intenção de formar sujeitos dóceis, produtivos e obedientes ao sistema dominante. E a forma de organização do ambiente escolar contribui para o exercício desse controle, além de revelar os preceitos teóricos que balizam a prática pedagógica ali desenvolvida. Assim, ainda hoje, as carteiras são dispostas em filas, a mesa do professor ocupa lugar de destaque, o bloco da administração é praticamente “sagrado” e a presença de alunos incomoda, como se a existência dos serviços ali executados não estejam condicionados ao processo de ensino.

Adotando uma concepção diferenciada da prática ainda dominante, Moreira (2007) ensina que o ambiente escolar deve configurar-se como espaço socialmente construído pelas interações entre alunos e professores e deles com as demais fontes materiais e simbólicas do ambiente. Deve, portanto, ser organizado com a finalidade de promover oportunidades de aprendizagem. E esta se dá não só pela “transmissão” de conteúdos, mas também pela troca de experiências, pelo diálogo entre os envolvidos nesse processo. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Viñao (2005) afirma que a distribuição e uso dos espaços são aspectos essenciais na configuração da cultura escolar de uma instituição educativa ao lado da distribuição e usos do tempo, e os discursos e as tecnologias de comunicação nela utilizados.

Diante da proposta de ensino como interação, a sala ambiente se configura como modelo de organização escolar diferenciado das salas de aula tradicionais, pois de direciona especificamente a uma disciplina, com ênfase na disposição dos materiais didáticos

pedagógicos, com o intuito de oferecer uma maior interatividade entre os discentes, de modo que possam construir saberes vinculados à realidade.

É uma sala de aula na qual se dispõem recursos didático-pedagógicos que atendam um fim educacional específico. A ideia é fazer o aluno interagir com uma maior diversidade de recursos e materiais pedagógicos e ter mais condições de estabelecer uma relação entre o conhecimento escolar, a sua vida e o mundo (MENEZES; SANTOS, 2002).

Essa perspectiva coaduna-se às recomendações de Zabala (2002) para quem é necessário que o aluno viva em um ambiente que favoreça seu crescimento, pois seu estado de ânimo, interesse e motivação são influenciados pelo espaço físico escolar. Para tanto, as aulas devem ser planejadas com previsão de uso diferenciado da sala de aula cuja organização permita a realização de trabalhos em grupo, manuseio da diversidade de materiais didáticos ali disponíveis, além de favorecer o trânsito do professor entre os alunos. Guerra (2007, p. 86) defende que “ao adquirir materiais alternativos e programar o uso dos espaços de forma diferenciada, as instituições escolares podem aproveitar para revisar metodologias, mas também promover o debate sobre os objetivos educacionais da escola”.

Ressalta-se que organizar o espaço escolar com salas-ambiente não é uma inovação da contemporaneidade. Nunes (2000) afirma que essa proposta surgiu durante a difusão dos princípios da Escola Nova, na década de 1960. A ideia era transformar as salas de aula em classes experimentais que foi bastante difundida pelas escolas americanas em seus ginásios polivalentes. Segundo Guerra (2007), uma das primeiras experiências inovadoras de organização do espaço escolar ocorreu no Imperial Colégio de Pedro II, em meados do século XIX, com a implantação de laboratórios especializados para atendimento de disciplinas específicas. Desde então, esse formato passou a ser bastante difundido no Brasil, sendo que a inserção das salas-ambiente começou a vingar apenas na década de 1980.

As salas-ambiente devem ser organizadas de modo a promover a interface entre o professor, o aluno e o conteúdo. Logo, de acordo com Penin (1997), são espaços favoráveis tanto para os professores, por lhes facilitar as condições de trabalho, permitindo a organização de seus materiais didáticos em um mesmo local e evitando o deslocamento por diferentes salas, quanto para os estudantes que passam a usufruir dos mesmos materiais, a contar com o auxílio de imagens na compreensão dos conteúdos e a dispor de estímulos específicos da disciplina, propiciando-lhes uma maior análise dos conteúdos estudados e garantindo-lhes também tempo para suas ações individuais.

Com relação à organização de uma sala-ambiente destinada à disciplina de E/LE, Guerra (2007) recomenda que seja organizado de forma a estimular o desenvolvimento das habilidades de compreensão oral, leitura e escrita.

Para tanto, é sugerida a inserção de uma variedade de materiais de leitura, como livros didáticos, livros de literatura clássica, poemas, jornais, revistas, panfletos e também dicionários, mapas, cartazes, cartões, figuras, quadro de avisos, murais, aparelho de som, gravador, TV, vídeo, retroprojetor, projetor multimídia, acesso à internet, fitas de vídeo, fitas cassete, CDs, softwares e jogos. Além disso, uma ampla variedade de material escrito deve ser garantida, uma vez que a escrita representa um apoio para o aprendizado da língua estrangeira Guerra (2007, p. 95 - 96).

A organização do espaço escolar em salas-ambiente não garantem *a priori* as mudanças no processo de ensino e aprendizagem. Não se restringe à distribuição do espaço físico, tampouco unicamente às mudanças na prática pedagógica desenvolvida nesse contexto. É preciso que as alterações sejam definidas de acordo com as necessidades e objetivos do momento e conforme a natureza das disciplinas e perspectiva teórica seguida pelos professores. Diz respeito a um conjunto de alterações tanto na dimensão física quanto social

da escola. Comungando do pensamento de Rosa (1997, p. 23) “na utilização da sala-ambiente, devemos problematizar a realidade e construir com os alunos pressupostos que lhes servirão de norteadores para que possam agir como agentes transformadores no meio em que estão inseridos”.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo baseou-se nos princípios da pesquisa mista que, conforme Creswell (2010, p. 27), consiste em uma “abordagem de investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas [...] e a mistura de duas abordagens em um estudo”. Para conhecer as percepções dos alunos da rede estadual de ensino que estudam em salas-ambiente sobre essa forma de organização do espaço escolar, utilizamos o questionário semiaberto por permitir que se obtenha uma justificativa, contribuição ou parecer do sujeito/informante, além da resposta fechada padrão.

Inicialmente, procedemos à revisão da literatura, recorrendo aos princípios básicos da pesquisa bibliográfica. Segundo Fachin (2003, p. 125), esse tipo de pesquisa “tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa”.

Acrescentamos que, quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, por compreender a análise de exemplos de salas ambiente a partir da experiência efetiva de alunos de escolas públicas, de modo que contribuiu para a identificação de problemas e levantamento de hipóteses para estudos posteriores (GIL, 2008, p. 27).

Para compor o universo da pesquisa, buscamos identificar as escolas da Educação Básica, pertencentes à rede estadual de ensino, organizadas em salas-ambiente (denominadas em nessa rede como salas temáticas). Apenas quatro escolas localizadas na cidade de Boa Vista encaixaram-se nesse perfil. Assim, delimitamos a amostragem em 20 estudantes de cada escola, totalizando 80 entrevistados. Como método de análise, seguimos os parâmetros da pesquisa qualitativa, buscando conhecer opiniões, crenças, expectativas dos estudantes à respeito da influência da organização do espaço escolar em salas-ambiente no processo de ensino-aprendizagem.

Para garantir o sigilo e anonimato das escolas pesquisadas, usaremos letras para apresentar os resultados individualizados, quando necessário.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em quatro escolas públicas da rede estadual de ensino de Boa Vista que funcionam com salas ambiente/temáticas. A escola A adota esse sistema há oito anos; a escola B, há seis anos; e as escolas C e D, há seis meses.

A investigação envolveu com estudantes que cursam do 7º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ano do Ensino Médio. A escolha desse público deveu-se ao fato de possuírem maior maturidade para responder às questões propostas.

Inicialmente procuramos conhecer a visão dos estudantes sobre a agrabilidade transmitida pela organização da sala-ambiente. As respostas apresentaram-se positivas, pois 81,25% dos entrevistados consideram que há conforto e sentem-se seguros em suas salas. Os estudantes das escolas A e C destacaram que isso se deve ao fato das salas serem climatizadas, limpas e espaçosas, e pelo conforto proporcionado pelas mesas e carteiras. Em contraposição 18,75%, matriculados nas escolas B e D, declararam que as salas de aulas não

são agradáveis e confortáveis, pois não são bem estruturadas, nem todas são climatizadas, tornando o ambiente quente e desagradável.

Quanto aos elementos que os estudantes consideram essenciais para o funcionamento de uma sala-ambiente, os estudantes apontaram: a metodologia de ensino adotada pelo professor, os materiais disponíveis na sala e a possibilidade de troca de conhecimento proporcionada pela organização do espaço, conforme gráfico abaixo.

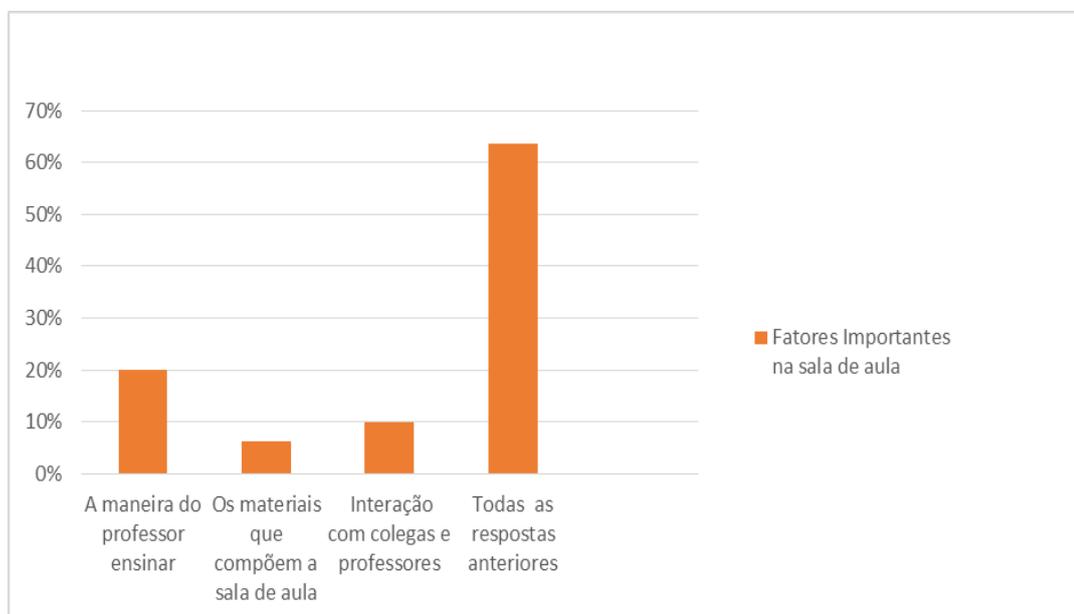


Gráfico 1: Fatores importantes na sala de aula

Nas respostas abertas, os estudantes justificaram seu ponto de vista explicando que a sala-ambiente auxilia os professores em sua docência. Declararam que lhes é permitida maior interação com os colegas e professores, enaltecem a oportunidade de ajuda mútua entre os alunos como ponto forte desse modelo de organização do espaço escolar. A leitura do gráfico mostra, ainda, que 63,75% dos estudantes acreditam que os três aspectos elencados na questão são de fundamental importância no espaço da sala de aula, salientando que todos eles facilitam o aprendizado. Reconhecem, pois, que não basta priorizar a estrutura física para que se tenham mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem, é preciso que se inove também na condução desse processo, com metodologias inovadoras e práticas que permitam a exploração de todos os recursos disponíveis naquele espaço.

Com essa compreensão inicial solicitou-se que os alunos manifestassem sua percepção a respeito da capacidade da sala ambiente em favorecer a aprendizagem. 72,5% dos estudantes afirmaram que a sala temática facilita o aprendizado. Acrescentando como justificativas para isso a possibilidade de uma maior organização do ambiente, tornando-o mais agradável e organizado, sendo uma maneira de o professor ter mais controle sobre o andamento do conteúdo da disciplina que ministra, além do contato com os materiais que podem ser um suporte para a compreensão da matéria e para aprendizagem dos alunos. Nas palavras do respondente 38: “[...] porque fica mais organizado tanto para mim quanto para o professor! E ter cada exemplo na parede pintado também ajuda na aprendizagem”.

Quanto aos outros 27,5%, disseram que a sala temática não facilita o aprendizado. Segundo esse grupo não percebem diferenças entre esse tipo de organização escolar e o modelo em que quem circula é o professor. Não reconhecem benefícios ao modelo de organização no qual se encontram matriculados, atribuindo o sucesso escolar ao interesse, à vontade de aprender do aluno, essencialmente.

Nesse ponto, cabe uma reflexão sobre a efetividade do modelo adotado nas escolas pesquisadas, pois a existência de estudantes com percepção que não difere os objetivos de cada modelo de organização do ambiente escolar pode ser um indicador de que as mudanças implementadas deram-se muito mais na dimensão física que social da proposta da sala-ambiente.

Quanto ao rodízio realizado pelos alunos no intervalo de cada aula e a permanência do professor em sala de aula, os resultados mostram que 48,75% dos respondentes gostam dessa dinâmica, pois entendem que os alunos têm mais energia que os professores para ficarem se deslocando, além de terem tempo para ir ao banheiro e beber água. Já 23,75% declararam que gostam, mas admitem ocorrer problemas no momento da troca de salas, devido ao tamanho reduzido dos corredores, aspecto que favorece colisões entre os alunos e o atraso para outra aula. Os 25% restantes disseram não gostar e justificaram sua percepção pelo fato de ser um procedimento cansativo e demorado. Mantêm a visão de que a troca deve ser realizada pelos professores e não pelos estudantes. Já 2,5% preferiram não expressar suas opiniões.

Na sequência, os estudantes foram solicitados a identificar os materiais que compõem as salas temáticas em que estudam, descritos no gráfico 2.

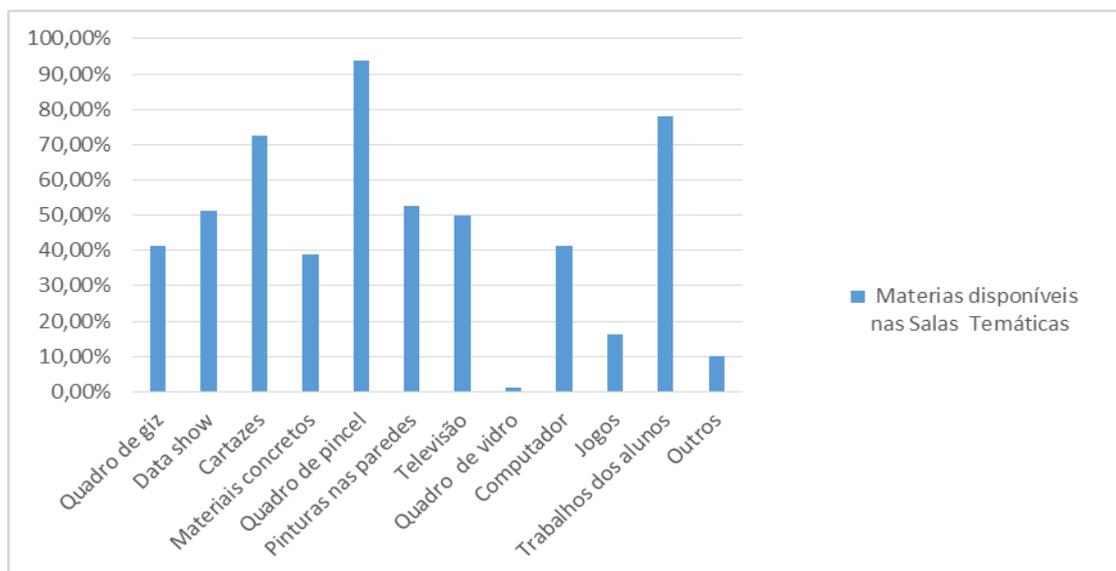


Gráfico 2- Materiais presentes nas salas temáticas

Observa-se que há uma predominância de cartazes nas salas, haja vista que os diferentes tipos de quadro são próprios da natureza de qualquer sala de aula. Por essa perspectiva, buscamos informações sobre a frequência com que professor utiliza os recursos em suas aulas. Os resultados foram agrupados na tabela 2.

Tabela 2 – Materiais utilizados com mais frequência pelo professor

Materiais	(%)
Quadro	92,5
Cartazes	22,5
Materiais concretos	11,25
Data show	18,75
Televisão	8,75
Pinturas na parede	10
Jogos	5
Trabalhos dos alunos	27,5
Outros	2,5

Os dados mostram que o recurso didático pedagógico mais utilizado pelo professor continua sendo o quadro de giz o que vai de encontro à proposta de inovação de uma sala-temática. Guerra (2007) alerta que, apesar de o uso que se faz dos recursos possuir relação direta com o estilo de cada docente e com a especificidade de cada disciplina, também reflete hábitos coletivos da organização escolar, principalmente as concepções de ensino e aprendizagem, conforme indicação dos 92,5% dos entrevistados.

Quanto ao potencial de interação, indagamos aos pesquisados se nas aulas de língua espanhola existe interatividade entre professor/alunos e alunos/alunos. Como resultado evidenciamos que 86,25% vivenciam essa dinâmica nas aulas de E/LE. Dentre as justificativas mais comuns encontra-se a didática do professor como fator de estímulo da interação, conforme mostra o depoimento do respondente 28: “*Sim, porque o professor é divertido e a maneira dele ensinar é ótima*”. Contudo, 13,75% dos respondentes disseram não existir interação nas aulas de E/LE, atribuindo essa ausência à falta de controle na gestão do convívio pelo professor.

A importância de estar em uma sala-ambiente de língua espanhola foi questionada aos pesquisados, a fim de reafirmar a percepção e o nível de aprovação desse sistema de organização. 70% assinalaram que estudar em uma sala-ambiente é muito significativo para a aprendizagem de E/LE. Associaram essa escolha à importância do domínio de uma língua estrangeira no contexto econômico atual. Para ilustrar, selecionamos a resposta do estudante 51: “nos ajuda a desenvolver palavras, conhecimentos de uma língua muito usada no mundo, [o aprendizado do idioma hispânico] pode servir no futuro”. Da mesma forma, o entrevistado 30 justifica dizendo que a sala-ambiente “estimula o aprendizado, especificamente para o espanhol”. Os demais alunos declararam ser pouco significativo (21, 25) e nem um pouco significativo (8,75). O quantitativo de 30% de estudantes insatisfeitos com a dinâmica adotada nas aulas de E/LE revelam a necessidade de a escola adotar medidas no sentido de revisar metodologias, visando integrar de forma consistente teoria e experiências práticas, além de promover debates entre professores e alunos sobre os objetivos educacionais da escola, podendo, então, superar a visão de escola segundo parâmetros convencionais e incorporar inovações tanto na dimensão física quanto na social que permeia essa instituição.

Por fim, perguntamos aos estudantes sobre as modificações que poderiam ser realizadas nas salas-ambiente de espanhol. As respostas foram agrupadas em três categorias: modificações na prática docente, materiais disponíveis e organização do espaço, conforme tabela abaixo.

Tabela 3 – Modificações desejadas nas salas-ambiente

Modificações		
Prática Docente	Materiais	Organização do espaço
Promover mais pesquisas com dicionários; Usar a sala de informática; Fazer coisas que abram mais a mente; Mais trabalhos em grupo; Expor material com alfabeto; Expor imagens associadas a nomes de profissões e animais; Disponibilizar tabela de	Computadores, notebook, <i>tablet</i> , data show; Mapas com países que falam espanhol, globos, objetos da cultura hispânica, dicionários, livros, quadro de vidro.	Arrumar as salas; Substituir as mesas e cadeiras; Mudar a disposição das carteiras; Confeccionar mais cartazes temáticos; Confeccionar quadros com imagens de temas hispânicos; Expor material com alfabeto; Expor imagens associadas a nomes de profissões e animais; Disponibilizar tabela de conjugação de verbos.

conjugação de verbos; Usar mais vídeos, filmes sobre a língua; documentários. Utilizar mais jogos educativos e músicas; Promover diálogos.		
--	--	--

As respostas dos estudantes indicam os gestores pedagógicos e professores necessitam discutir a aquisição e/ou confecção de materiais inovadores. Os alunos mencionam produções que poderiam ser efetuadas por eles próprios, bastando para isso o planejamento do professor. Além disso, sentem a necessidade de aproximarem-se das novas tecnologias no desenvolvimento do ensino e a escola deve se esforçar para acompanhar as inovações nessa área, caso contrário, a organização em sala-ambiente acabará sucumbindo às velhas convenções pedagógicas, perdendo sua capacidade de fazer diferente e concretizar uma práxis realmente inovadora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse por este estudo surgiu do propósito de buscar subsídios para a elaboração de um projeto de sala-ambiente para o ensino de Espanhol como Língua Estrangeira em turmas da modalidade EJA no IFRR.

Pretendemos conhecer as inovações didáticas implementadas pelos professores de diferentes áreas do conhecimento, dando ênfase ao ensino de E/LE, a partir do olhar dos estudantes. Acreditamos que esses atores são capazes de avaliar a prática pedagógica e a dimensão física das salas-ambiente de modo que possamos dimensionar uma proposta realmente inovadora e condizente com a faixa etária dos alunos a serem atendidos com a execução da proposta.

Percebemos que introduzir inovações didáticas no fazer pedagógico que estimulem os estudantes não é tarefa fácil nem simples. Exige que a gestão pedagógica e o corpo docente estejam dispostos a promover debates constantes a respeito dos objetivos educacionais, a realizarem planejamento participativo envolvendo todos os setores da escola.

Trabalhar em sala-ambiente pode tornar o processo de ensino e aprendizagem prazeroso, dinâmico, com capacidade de integrar de forma consistente conteúdos e experiências práticas. Pensando assim e apropriando-nos das recomendações da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo para a adoção das salas-ambiente nas escolas sob sua responsabilidade, podemos afirmar que esse modelo de organização escolar possibilita:

- a) agregar materiais, muitas vezes dispersos na escola, cujo uso conjugado permite enriquecer o trabalho docente;
- b) montar situações concretas concernentes a cortes da realidade efetiva;
- c) criar espaços e construir situações que permitam a participação diversificada do educando em seu processo de construção do conhecimento;
- d) criar um espaço propício para a troca de experiências e exploração de vivências;
- e) criar condições para a estimulação da observação e da criatividade. (SÃO PAULO, 2006, p. 52)

A inovação na sala-ambiente torna-se requisito para necessário para o reconhecimento da importância do domínio de uma segunda língua para os estudantes. Para tanto, faz-se necessário intensificar a reflexão sobre as práticas pedagógicas salas-ambiente e a proposta formativa que se proponha com sua utilização, sendo imperioso, pois, na continuidade da pesquisa, ouvir professores com experiência em implantação e utilização de salas-ambiente.

As falas dos participantes evidenciaram a existência de aspectos positivos quando a sala-ambiente é organizada com materiais variados, destacando-se a praticidade oferecida ao professor; a economia de tempo e de materiais no desenvolvimento das suas aulas; o contato do estudante com os recursos didáticos; a ajuda de ilustrações referentes aos temas estudados para a aprendizagem; além da interação entre os atores envolvidos.

Em suma, as salas-ambiente são descritas pelos alunos como lugar educativo em que, somando-se às condições de infraestrutura física, à espacial e sua dimensão social, é possível desenvolver-se práticas pedagógicas alicerçadas na interação, na troca de experiência, nos princípios da interdisciplinaridade e, em se tratando da sala-ambiente de E/LE, propicia momentos de interculturalidade.

Por se tratar de um estudo exploratório, reconhecemos a necessidade de darmos continuidade à pesquisa direcionando o foco para as percepções dos professores. Assim, comparando-se o olhar desses dois atores e embasados em referenciais que tratem sobre a Educação de Jovens e Adultos, conseguiremos desenhar a proposta de uma sala-ambiente de E/LE para os estudantes dessa modalidade de ensino, tema que resultará em novas reflexões teóricas que permitirão reconhecer nesse modelo de organização do espaço escolar as especificidades que garantam um ensino em sintonia com as demandas socioeconômicas e culturais da população a ser atendida, resultando em aprendizagens significativas.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529>. Acesso em: 28 de junho de 2014.

_____. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=7108>. Acesso em: 28 de junho 2014.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Lei de Diretrizes e Bases. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.prolei.cibec.mec.gov.br>. Acesso em 28 de junho de 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.html. Acesso em: 28 de junho de 2014.

_____. Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2006.

_____. Lei 11.161, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, 8 ago. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 de junho 2014.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira/ Secretaria da educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2001.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FACHIN, Odília. Fundamentos da Metodologia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNÁNDEZ, F. M. El Español en Brasil In: SEDYCIAS, João. (Org.). O Ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

GUERRA, V. P. Práticas pedagógicas no ensino médio: perspectivas da docência em salas-ambientes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.

INSTITUTO CERVANTES (2010). El español, una lengua viva. In Grande Andrés, I. (coord.). Madrid: Instituto Cervantes. Disponível em <http://www.aulainter-cultural.org/IMG/pdf/sp-informe.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2014.

IWAYA, M. Cenário e palco para instrução – a linguagem arquitetônica do instituto de educação do Paraná professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: BENCOSTTA, M. L. A. História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

LEFFA, V.J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. Contexturas, APLIESP, N°4. p.13-24, 1999.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. "Sala ambiente" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=62>> Acesso em: 29 jun 2014.

MOREIRA, A. F. Ambientes de Aprendizagem no Ensino de Ciência e Tecnologia. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007.

NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, n. 14, p. 35-60, mai/ago. 2000.

PAIVA, V. P. Educação popular e educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.

PENIN, S. T. S. Sala-ambiente: invocando, convocando, provocando a aprendizagem. Revista Ciência e Ensino, Campinas, FE/Unicamp, n° 3, p. 20-21, dez. 1997.

ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROSA, M. I. F. Conversando sobre salas-ambiente no ensino de ciências. Revista Ciência e Ensino, Campinas, FE/Unicamp, n° 3, p. 23-24, dez. 1997.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. A escola de cara nova: sala-ambiente. São Paulo: SE/CENP, 1997.

SEDYCIAS, J. (Org.). Ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

VIÑAO, A. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Maucus Levy (org.). História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005

ZABALA, A. A prática educativa – Como ensinar. Lisboa: Artmed, 2002.